

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - TEMÁTICA DO GTFAT

DATA: 20 de novembro de 2013.

LOCAL: Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

PARTICIPANTES: Rodolfo Péres Torelly, Coordenador do GTFAT e Secretário-Executivo do CODEFAT; Sinara Neves Ferreira, Coordenadora do GTFAT-Substituta e Secretária-Executiva do CODEFAT-Substituta; Suely Barrozo Lopes, Representante Suplente do MTE; Gustavo Alves Tillmann, Representante Titular do MF; Carolina Veríssimo Barbieri, Representante Titular do MPS; Luiz Lesse Moura Santos, Representante Titular do MAPA; Luiz Carlos Galvão de Melo, Representante Titular do BNDES; Marcos Perioto, Representante Titular da Força Sindical; Rui Moreira, Representante Titular da NCST; João Edilson Oliveira, Representante Titular da CGTB; Alexandre Sampaio Ferraz, Representante Suplente da CUT; Ailton de Jesus Araújo, Representante Suplente da CTB; Sebastião Antunes Duarte, Representante Titular da CNTur; Thiago Luiz Ticchetti, Representante Titular da CNT. **Convidados:** José Maurino O. Martins, Representante do FONSET.

1 Aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e treze, no Edifício-Sede do Ministério do Trabalho
2 e Emprego - MTE, teve início a Vigésima Terceira Reunião Extraordinária - Temática do Grupo de
3 Apoio Técnico ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – GTFAT, sob a
4 coordenação do Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr. Rodolfo Péres Torelly. **Tópico I –**
5 **ABERTURA:** O Coordenador do GTFAT saudou a todos e, em seguida, passou para o **Tópico II –**
6 **ASSUNTOS PARA DISCUSSÃO: ITEM 1 – Proposta de medidas a serem adotadas pelo**
7 **CODEFAT com vistas à reversão do desequilíbrio financeiro apresentado pelo FAT.** O Titular
8 da Coordenação-Geral de Recursos do FAT – CGFAT/SPOA/SE/MTE, Sr. Paulo César Bezerra de
9 Souza, expôs que a apresentação tratava da continuidade sobre o tema do reequilíbrio financeiro do
10 Fundo, já tratado nas duas últimas reuniões do GT. Informou as perspectivas de déficit do FAT para
11 2013 em R\$9,3 bilhões e, caso permanecessem as mesmas condições em 2014, o Fundo atingiria
12 déficit de R\$13,5 bilhões. Apontou as propostas do MTE para aumento das receitas e para redução
13 das despesas, destacando a importância de dar publicidade as medidas aprovadas por meio de uma
14 Resolução do Conselho. Na sequência, apresentou as considerações para aumento das receitas, a
15 saber: i) a necessidade de manutenção de Taxas de Juros de Longo Prazo (TJLP) reduzidas para
16 viabilizar o desenvolvimento sustentável; ii) que a Desvinculação de Receitas da União – DRU, de
17 que trata a Emenda Constitucional n.º 68, de 21/12/2011 que estaria vigendo até o final do exercício
18 de 2015; e, iii) política de desonerações fiscais, por ser um importante instrumento para estimular a
19 economia do Brasil. Destacou que, com base nesses argumentos, a proposta de resolução registraria
20 as solicitações a serem dirigidas aos Ministérios da área econômica do Governo Federal, requerendo
21 à adoção de providências para restituir ao FAT os recursos correspondentes: a) ao valor descontado

22 da arrecadação PIS/PASEP por meio da DRU; b) ao valor estimado pela Receita Federal do Brasil
23 pelas desonerações tributárias da contribuição PIS/PASEP, descontados as desonerações concedidas
24 às micros e pequenas empresas. Além disso, seria solicitado a disponibilização de créditos
25 orçamentários e recursos financeiros do Tesouro Nacional para a execução de despesas com
26 pagamento de benefícios aos trabalhadores de empregadores de pessoas físicas e aos trabalhadores
27 que não tenham vínculo empregatício. Acrescentou que em pouco tempo as Empregadas
28 Domésticas representariam, para o Seguro Desemprego, um aumento da despesa do Fundo. Em
29 seguida, apresentou as propostas para redução das despesas, por iniciativas do MTE, a saber: i)
30 exigência de participação em curso de qualificação profissional a partir da segunda solicitação do
31 benefício do Seguro-Desemprego com potencial de qualificação, para 2014, de três milhões de
32 trabalhadores. Lembrou que a medida foi contemplada no Decreto Presidencial nº 8.118, de
33 10.10.2013; ii) pagamento do Seguro-Desemprego por meio de conta bancária, visando reduzir as
34 fraudes e as tarifas. Explicou que a medida poderia representar economia de R\$330 milhões para
35 cada 1% de redução da despesa do Seguro-Desemprego para 2014; iii) custeio do Seguro-Defeso
36 fora do orçamento do FAT, com previsão de redução de despesas na ordem de R\$2 bilhões em
37 2014; e, iv) regulamentação do §4º, artigo 239, da Constituição Federal, instituindo a contribuição
38 adicional das empresas cujo índice de rotatividade da força de trabalho fosse superior ao índice
39 médio da rotatividade do setor. Estimou que para cada 3% de redução do número de demissões sem
40 justa causa haveria economia de R\$1 bilhão no pagamento do benefício do Seguro-Desemprego.
41 Ainda sobre as propostas de redução de despesas, o Coordenador-Geral da CGFAT apresentou duas
42 iniciativas da Confederação Nacional de Serviços – CNS, a saber: i) pagamento da primeira parcela
43 do benefício do Seguro-Desemprego após sessenta dias da solicitação, tendo o proponente
44 justificado que o trabalhador dispunha de recursos provenientes da rescisão do contrato de trabalho
45 e, neste sentido, o trabalhador desempregado tenderia a intensificar ações de retorno ao mercado de
46 trabalho; e, ii) pagamento do benefício do Abono Salarial para os empregados que percebiam de
47 empregadores que contribuía para o PIS/PASEP até um salário mínimo e meio de remuneração
48 mensal com perspectiva de economia de R\$5,9 bilhões para 2014. Dando continuidade, expôs a
49 proposta de iniciativa conjunta do MTE e da Central Única dos Trabalhadores – CUT, para
50 fortalecimento do Sistema Público de Emprego por meio da reestruturação da Rede de Atendimento
51 do Trabalhador, com vistas à padronização e aumento da capacidade operacional do Sistema e a
52 maior integração entre o pagamento de benefícios do seguro-desemprego, a qualificação
53 profissional e a intermediação de mão de obra. O Coordenador do GTFAT propôs a continuidade da
54 apresentação dos subitens, constantes da pauta, para posterior debate global, tendo obtido anuência
55 dos presentes, passando para o **SUBITEM 1.1 – Apresentação sobre os temas: SUBITEM 1.1.1 –**
56 **Projeto SINE, pelo Diretor de Emprego e Salário – DES/SPPE/MTE.** O Coordenador do
57 GTFAT apresentou o Projeto de Reestruturação da Rede de Postos do Programa Seguro-

58 Desemprego, visando redução de custos e melhoria no atendimento, tendo o MTE como órgão
59 proponente, sob a responsabilidade técnica do DES. Explicou que a proposta objetivava reduzir os
60 gastos com o pagamento do Seguro-Desemprego em R\$2,6 bilhões, através do: i) Portal MTE Mais
61 Emprego – a ser implementado de forma plena com capacidade de executar o Seguro Desemprego
62 integrado com a Intermediação de Emprego e a Qualificação Profissional, priorizando a (re)
63 colocação no mercado de trabalho dos trabalhadores requerentes do Seguro-Desemprego antes e
64 durante o pagamento do benefício, fazendo uso das vagas captadas junto a empregadores de todo
65 país; ii) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, qualificando
66 o trabalhador segurado; e, iii) racionalização de processos. Informou que para o objetivo ser
67 alcançado propunha-se o aumento de recursos destinados à Rede descentralizada de atendimento
68 (2.161 postos) formada pelas unidades do Sistema Nacional de Emprego – SINE e
69 Superintendências Regionais do Trabalho – SRTE/MTE, passando de R\$225 milhões para R\$690
70 milhões, com aporte adicional de R\$390 milhões do Governo Federal e R\$80 milhões de
71 contrapartida dos Estados e Municípios conveniados, operadores do sistema. Esclareceu que o valor
72 de R\$690 milhões foi obtido pela soma do custo operacional de cada unidade de atendimento do
73 SINE, através do estudo realizado pela Universidade de Brasília – UnB, a pedido do Ministério. Em
74 seguida, informou que a estimativa de redução de R\$2,6 bilhões em pagamentos do benefício do
75 Seguro-Desemprego baseou-se nos dados apresentados pela Rede de Atendimento no âmbito do
76 SINE em 2011, nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED e nos
77 resultados parciais do Portal do MTE Mais Emprego, além dos resultados preliminares do
78 PRONATEC – Qualificação do Trabalhador Segurado, conforme a seguir: i) em 2011 a Rede SINE
79 captou 2,6 milhões de vagas junto ao empresariado, em todo o país. Do total das vagas captadas
80 36% foram aproveitadas na recolocação de trabalhadores no mercado de trabalho, restando 1,6
81 milhão de vagas não preenchidas pelo SINE; ii) potencial da Rede SINE a explorar, citou que em
82 2011, segundo dados CAGED/MTE, dos 21,7 milhões de admitidos a Rede foi responsável por
83 apenas 933 mil colocações (4,3%); iii) Portal MTE Mais Emprego, esclareceu que, segundo dados
84 de janeiro a abril de 2011, com igual período em 2012, verificou-se redução de 5,2% nas emissões
85 de parcelas do Seguro-Desemprego e somente não representou queda real no total dos recursos
86 despendidos devido ao aumento do salário mínimo. Destacou que em 2011, embora o Portal
87 houvesse sido implantado em menos de 10% da Rede, o SINE (re) colocou 6.519 trabalhadores o
88 que evidenciava sua expressiva capacidade de crescimento; e, iv) o PRONATEC – Qualificação do
89 Trabalhador Segurado, informando que segundo dados preliminares referentes à implementação
90 parcial, apresentou 2.401 trabalhadores inscritos para a ação de Qualificação Profissional e 4.176
91 trabalhadores em fase de inscrição. Ressaltou que a qualificação dos trabalhadores iria facilitar sua
92 (re) inserção no mercado de trabalho. Em seguida, ponderou que em 2011 a Rede SINE não
93 aproveitou 1.642.604 vagas captadas, o que evidenciou que ações específicas de reestruturação

94 deveriam promover o aproveitamento de 50% destas vagas para os trabalhadores requerentes do
95 benefício do Seguro-Desemprego, gerando 800.000 colocações e redução de R\$2,6 bilhões em
96 pagamentos do benefício. Dando prosseguimento, o Coordenador do GTFAT passou para o
97 **SUBITEM 1.1.2 – Política e Sistema de Promoção e Proteção do Emprego, pela Bancada dos**
98 **Trabalhadores.** O Representante Suplente da CUT, Alexandre Sampaio Ferraz, informou que a
99 proposta foi elaborada em reunião das centrais sindicais, ressaltando que vários pontos
100 apresentavam sintonia com as propostas exibidas pelo MTE. Expôs que a proposta vislumbrava o
101 aperfeiçoamento e a reestruturação do atual Sistema, impulsionando à geração de emprego, a
102 elevação da escolaridade, a qualificação profissional e o aperfeiçoamento, a fim de defender o
103 emprego nos períodos de crescimento dos postos de trabalho e em momentos de crise do setor.
104 Apresentou as propostas, divididas por categorias, iniciando com a proposta para recomposição das
105 receitas do Fundo, a saber: i) diálogo com o Governo Federal para obter repasses do Tesouro
106 Nacional proporcionais as desonerações da contribuição PIS/PASEP; ii) Projeto de Emenda à
107 Constituição que vede a incidência da DRU sobre a arrecadação da contribuição PIS/PASEP; iii)
108 regulamentar o artigo nº 239, da Constituição Federal; iv) contrapartidas sociais nas situações de
109 desonerações; e, v) acompanhar o impacto da geração de empregos dos investimentos do BNDES.
110 Em seguida, narrou as propostas para o SINE, a saber: i) redistribuição e ampliação dos postos de
111 atendimento; ii) transformação do SINE em Sistema Nacional de Emprego, com cobertura nacional
112 e com capacidade de articular a recepção do desempregado ou do demandante do primeiro
113 emprego, promovendo a captação de vagas ofertadas, a orientação e/ou o encaminhamento do
114 trabalhador para a recebimento do seguro-desemprego, a orientação sobre formação profissional e
115 vocacional, a busca ativa de ocupação e monitoramento dos resultados da intermediação; iii)
116 aperfeiçoar a gestão do Portal Mais Emprego; iv) fortalecer a institucionalidade do Sistema através
117 da regulamentação das atribuições dos Entes Federados na execução e no financiamento do
118 Sistema, bem como, fortalecer as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego e o tripartismo
119 como forma de participação e de controle social; v) adoção de melhores procedimentos para a
120 operacionalização do Sistema, obedecendo as regras e atribuições definidas entre os Entes
121 Federados, assegurando o repasse contínuo e direto dos recursos necessários para seu pleno
122 funcionamento; vi) aprimorar o processo de gestão para que compartilhe, de modo descentralizado,
123 as informações que permitam a plena execução das ações; e, vii) integração do sistema privado de
124 intermediação de mão de obra ao sistema público. Em seguida, apresentou as propostas pertinentes
125 à Qualificação Profissional, a saber: i) promover a revisão do papel do CODEFAT no Conselho do
126 PRONATEC, considerando importante a participação da Bancada dos Trabalhadores e dos
127 Empregadores no diálogo entre o MTE e o Ministério da Educação – MEC no processo de tomada
128 de decisões sobre o funcionamento do Programa; ii) aperfeiçoar o cadastro do SINE; iii)
129 desenvolver mecanismos mais eficientes de prospecção ocupacional de captura de vagas

130 disponíveis; iv) estudar instrumentos de apoio e incentivo à participação nos cursos; e, v) criar uma
131 política de divulgação e mobilização para os cursos. Na sequência, apresentou os pontos da
132 proposta para combate da rotatividade de mão de obra, a saber: i) regulamentação do artigo nº 239
133 da Constituição Federal; ii) dimensionar o impacto provocado pelas isenções do Simples Nacional
134 sobre as receitas do FAT e as formas de financiamento para as Micro e Pequenas Empresas; iii)
135 vedação de empresas que alocam mão de obra; e, iv) avaliação das situações setoriais específicas e
136 adoção de mecanismos adequados para minimizar a rotatividade. O Representante da CUT finalizou
137 a exposição das propostas das Centrais Sindicais acrescentando que seria interessante o estudo da
138 possibilidade de remodelar o Sistema de Proteção ao Emprego, criado no âmbito do Plano Brasil
139 Maior, para aplicação no Bolsa Qualificação, buscando evitar demissões em situações de crise, e,
140 por último, que o Governo Federal apoiasse o CODEFAT na adoção de estratégias para financiar e
141 controlar a política social voltada para cobrir situações especiais, reduzindo assim o impacto
142 financeiro provocado. Como exemplo, citou: a) o seguro defeso; b) o empregado doméstico; e, c) o
143 trabalho análogo ao de escravo. Informou que as Centrais não obtiveram consenso sobre a alteração
144 constitucional do parágrafo 3º do artigo 239 da CF, referente à proposta de redução do teto salarial
145 de dois salários mínimos para um salário mínimo e meio, para que o trabalhador perceba o
146 benefício do Abono Salarial. O Representante Suplente da CTB, Sr. Ailton de Jesus Araújo,
147 acrescentou que a discussão acerca do Abono Salarial mereceria ser tratada profundamente,
148 considerando delicado promover alterações neste ponto, uma vez que poderia refletir em preceito
149 para novas alterações minimizadoras de direito dos trabalhadores. O Coordenador do GTFAT
150 afirmou que se houvesse aumento do salário médio dos trabalhadores cairia à faixa dos dois salários
151 mínimos exigidos, significando menos pagamento do benefício do Abono Salarial e economia para
152 o Fundo. Concordou com a proposta de maior participação do CODEFAT no Conselho do
153 PRONATEC, informando que, na estrutura do MTE, este assunto estava na responsabilidade do
154 Secretário de Políticas Públicas de Emprego-Substituto, Sr. Silvani Alves Pereira e da Diretora do
155 Departamento de Qualificação-Substituta, Sra. Mariângela Barbosa Rodrigues, e que daria
156 andamento à solicitação. Em seguida, comentou que o Sistema, via web, sofreu atrasos em
157 decorrência da migração da empresa DATAMEC para a empresa DATAPREV, acarretando em
158 prejuízo para o Fundo. Entretanto, considerou que a partir da garantia de transição das informações
159 haveria uma rápida evolução do sistema, inclusive disponibilizando aos Conselheiros o acesso a
160 toda base de dados, bem como, permitindo a padronização operacional de toda Rede do SINE. Na
161 sequência, solicitou ao Representante Titular do BNDES, Sr. Luiz Carlos Galvão de Melo, que
162 comentasse sobre o projeto a ser financiado pelo BNDES. O Representante do BNDES informou
163 que o Banco criou o Fundo de Estruturação de Projetos – FEP, destinando parte de seus recursos
164 para financiar projetos de relevância social. Esclareceu que havia dois anos que foi submetida à
165 aprovação do Comitê do BNDES uma proposta de estudo sobre a qualificação profissional e a

166 intermediação de mão de obra, tendo sido aprovada e, atualmente, encontrava-se em fase de nova
167 aprovação para eleição da instituição que executaria o projeto. Ressaltou que o objetivo do projeto
168 era conhecer a Rede privada de intermediação de mão de obra e qualificação profissional e atualizar
169 o modelo de estimativa de geração de emprego nas operações de investimento, de modo a reduzir a
170 rotatividade da mão de obra. O Coordenador do GTFAT comunicou a necessidade de se ausentar da
171 reunião para acompanhar o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego em viagem e que a
172 Coordenadora do GTFAT-Substituta, Sra. Sinara Neves Ferreira, daria continuidade a reunião. O
173 Representante da CUT solicitou que fosse apresentada, para avaliação do GTFAT, a minuta de
174 resposta ao TCU, a fim de que os Representantes tivessem oportunidade de auxiliar na confecção do
175 referido documento antes de submetê-lo à apreciação do CODEFAT. Também considerou
176 importante que na Prestação de Contas do FAT contivesse o resultado das desonerações, a exemplo
177 das informações pertinentes a DRU. Por fim, informou que no Portal do MTE o relatório do Abono
178 Salarial estava desatualizado desde 2005, ressaltando que era importante a atualização destas
179 informações periodicamente. O Coordenador-Geral da CGFAT explicou que a resposta à
180 determinação do TCU iria compor a Prestação de Contas - exercício 2013, bem como, a proposta de
181 minuta de Resolução visava dar efetividade e transparência as decisões do Conselho e, além do
182 mais, este documento seria publicado no Diário Oficial da União, sugerindo que os Representantes
183 aprovassem essa forma de andamento ou que oferecessem novas sugestões. Contudo, frisou que era
184 primordial dar celeridade ao processo, encontrando um denominador comum. Por fim, destacou que
185 a última reunião do GT ocorreria em 11.12.2013, sendo este o momento final para fechamento e
186 encaminhamento das propostas ao Conselho. O Representante Titular do MF, Sr. Gustavo Alves
187 Tillmann, sugeriu que todos os andamentos e documentos pertinentes a determinação do TCU,
188 fossem organizados em pastas para melhor controle. O Representante do FONSET, Sr. José
189 Maurino O. Martins, cumprimentou os presentes e informou que além de Representante do
190 FONSET também era Coordenador do SINE do Estado do Paraná. Considerou satisfatório o
191 movimento em busca da reestruturação do SINE, apontando como um momento esperado por todos.
192 Afirmou que, do ponto de vista físico, a padronização das agências de atendimento não seria de
193 difícil realização, contudo, o grande desafio seria inculcar o conceito de que o SINE representava os
194 trabalhadores. Asseverou que a imagem do Sistema melhoraria se houvesse captação de vagas com
195 qualidade e com remunerações mais atrativas, o que poderia ser alcançado se no ato das operações
196 de concessão de recursos do Setor Público para o Setor Privado houvesse o compromisso de que as
197 vagas para o mercado de trabalho fossem intermediadas pelo SINE. Ressaltou que o SINE do
198 Paraná adotou como estratégia a qualificação dos seus atendentes, estando aptos a buscar vagas no
199 mercado de trabalho. O Representante do BNDES concordou com as palavras do Representante do
200 FONSET e acrescentou que o SINE exercia um papel maior do que simplesmente pagar o benefício
201 do seguro-desemprego, sendo o executor do tripé do Programa do Seguro Desemprego. Em

202 seguida, referiu-se à apresentação do Coordenador-Geral da CGFAT, observando que a retirada da
203 proposta de mudança da taxa de remuneração dos recursos do FAT foi coerente, uma vez que sua
204 adoção poderia acarretar menos investimentos e mais desemprego. Pertinente as propostas, avaliou
205 que uma das formas de diminuir a rotatividade de mão de obra seria oferecer ao trabalhador a
206 oportunidade de sacar parte do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ainda em
207 atividade, auxiliando, desta forma, ao trabalhador honrar suas dívidas e/ou realizar projetos. O
208 Coordenador-Geral da CGFAT destacou que a Constituição Federal estabeleceu que os recursos do
209 FAT ao BNDES deveriam ser remunerados, no mínimo, por uma taxa que lhe preservasse o valor,
210 apontando que a remuneração pela TJLP era menor do que a taxa de inflação da economia, podendo
211 o Fundo, no futuro, ser questionado pelo TCU ou pela CGU. O Representante da CUT afirmou que
212 poucos eram os trabalhadores demitidos sem-justa causa e reempregados pelo mesmo empregador
213 apenas para sacar o FGTS. Concluiu que o maior prejudicado nessas operações era o trabalhador
214 que deixava de contar com a cobertura da carteira de trabalho assinada e de contar o tempo para
215 aposentadoria. O Representante do BNDES reforçou que a proposta levantada não visava situações
216 marginais, mas que seria vantajoso para o trabalhador contar com a possibilidade de uma renda
217 extra. O Representante Titular da Força Sindical, Sr. Marcos Periotto, se manifestou contrário a
218 proposta do Representante do BNDES e propôs que os Representantes da Bancada dos
219 Trabalhadores discutissem concretamente as propostas levantadas, a fim de elegerem àquelas que
220 deveriam ser incorporadas na proposta de Resolução. Informou que a Bancada assumiria o
221 compromisso de encaminhar à Secretaria-Executiva do Conselho as definições antes da última
222 reunião do GT. A Representante Suplente do MTE, Sra. Suely Barrozo Lopes, esclareceu que a
223 Bancada poderia encaminhar as propostas até o dia 06.12.2013, tempo necessário para compilar e
224 compartilhar aos demais Representantes do GT. O Representante do MF acrescentou que a alta
225 rotatividade de mão de obra não era escopo para sacar o Fundo de Garantia, considerando a
226 sugestão proposta pelo Representante do BNDES difícil de ser acolhida. O Representante da CUT
227 informou que as Centrais Sindicais chegaram a uma posição clara sobre a origem do desequilíbrio
228 financeiro do Fundo e solicitaram que no documento de resposta ao Tribunal contivesse a
229 informação de que o FAT não possuía problemas financeiros, sendo a arrecadação suficiente para
230 cobrir seus gastos. Afirmou que a fonte do problema decorria das desonerações do PIS/PASEP, não
231 podendo atribuir a responsabilidade pelo déficit aos Conselheiros, uma vez que a decisão de
232 desonerar competia a esferas superiores ao Conselho. Lembrou que na resposta do FAT ao
233 Tribunal, em resposta a determinação do Acórdão nº 1817/2008 – TCU – Plenário, o Presidente do
234 CODEFAT, à época, pareceu submisso ao TCU, não sabendo afirmar se os Conselheiros
235 concordaram com o que foi encaminhado. A Representante do MTE arrazoou que o caso citado foi
236 atípico e, devido ao caráter emergencial, foi realizado o que era possível para a ocasião. Enfatizou
237 que o momento atual permitia estes debates, convidando as Bancadas a participarem ativamente do

238 processo de resposta ao Tribunal e, se fosse consensual conter no preâmbulo da Proposta de
239 Resolução a manifestação de que havia uma contrariedade em relação à postura de entendimento do
240 TCU, que fosse votada sua inclusão. O Coordenador-Geral da CGFAT pediu que houvesse
241 ponderação na resposta ao Tribunal, pois se o TCU concluiu que haveria um déficit de R\$10 bilhões
242 ao final de 2013 era devido a um desequilíbrio nas contas do Fundo, competindo entender as suas
243 causas. A Representante Titular do MPS, Sra. Carolina V. Barbieri, considerou que no processo de
244 reestruturação do SINE a identidade das agências era um importante ponto, a exemplo das agências
245 da Previdência, devendo contemplar também a qualificação dos servidores, dando maior
246 visibilidade e credibilidade ao Sistema. Informou que a única coisa que o trabalhador desempregado
247 perdia era o tempo de contagem para aposentadoria, estando os demais benefícios mantidos.
248 Comentou que estava em andamento na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4.080/2012 que
249 propunha que durante o pagamento do benefício do seguro-desemprego os trabalhadores tivessem
250 assegurada a contagem de tempo de contribuição para aposentadoria, mesmo sem contribuir, tendo
251 a Câmara dado parecer negativo a proposta. Concordou com o pedido do Representante da CUT em
252 expressar claramente ao TCU a origem do desequilíbrio do Fundo. Questionou que seria importante
253 uma proposta para aumentar a fiscalização do trabalho e, por fim, que houvesse uma melhor
254 especificação sobre a interferência do CODEFAT nos cursos oferecidos pelo PRONATEC. A
255 Representante do MTE esclareceu que, pertinente ao PRONATEC, competia ao Ministério executar
256 uma participação a nível técnico com o fim de celebrar um Termo de Cooperação com o MEC, a
257 exemplo do modelo que foi desenhado pelo PRONATEC para os demais Ministérios. Informou que
258 a Lei do PRONATEC era clara e que competiria ao CODEFAT deliberar sobre os critérios de
259 aplicação quando o recurso envolvido fosse do Fundo, devendo então as regras serem submetidas à
260 aprovação do Conselho. O Representante Titular do MAPA, Sr. Luiz Lesse Moura Santos, observou
261 que era importante entender o conceito do Fundo, identificando seu ponto de equilíbrio, bem como,
262 a adoção de um piso e um teto para o Fundo de Reserva. O Coordenador-Geral da CGFAT
263 esclareceu que a determinação do TCU foi baseada nas projeções e nas contas anuais do Fundo, que
264 demonstraram despesas maiores que receitas, evidenciando um desequilíbrio financeiro. Informou
265 que o déficit aumentava anualmente motivado pela formalização da mão de obra, pelo aumento do
266 salário mínimo, pela DRU e pelas desonerações do PIS/PASEP. Por fim, reforçou que o Conselho
267 deveria sugerir medidas para reversão do desequilíbrio, mesmo que a maior parte das decisões
268 estivessem fora da esfera do Conselho. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar e
269 esgotada a Pauta, a Coordenadora do GTFAT-Substituta deu por encerrada a reunião, agradecendo
270 a presença de todos. E, para constar, eu, Sinara Neves Ferreira, Secretária-Executiva do
271 CODEFAT-Substituta e Coordenadora do GTFAT-Substituta, lavrei a presente Ata que, após
272 aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros do Grupo.

RODOLFO PÉRES TORELLY
Coordenador do GTFAT e
Secretário-Executivo do CODEFAT

SINARA NEVES FERREIRA
Coordenadora do GTFAT-Substituta e
Secretária-Executiva do CODEFAT-Substituta

SUELY BARROZO LOPES
Representante Suplente do MTE

GUSTAVO ALVES TILLMANN
Representante Titular do MF

CAROLINA VERÍSSIMO BARBIERI
Representante Titular do MPS

LUIZ LESSE MOURA SANTOS
Representante Titular do MAPA

LUIZ CARLOS GALVÃO DE MELO
Representante Titular do BNDES

MARCOS PERIOTO
Representante Titular da Força Sindical

RUI MOREIRA
Representante Titular da NCST

JOÃO EDILSON OLIVEIRA
Representante Titular da CGTB

ALEXANDRE SAMPAIO FERRAZ
Representante Suplente da CUT

AILTON DE JESUS ARAÚJO
Representante Suplente da CTB

SEBASTIÃO ANTUNES DUARTE
Representante Titular da CNTur

THIAGO LUIZ TICCHETTI
Representante Titular da CNT
